DOI: 10.5418/RA2016.1217/0001

EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO E A HISTÓRIA DOS LUGARES: A QUESTÃO TERRITORIAL DOS GUARANI E KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL

EXPANSION OF THE SUGAR AND ETHANOL INDUSTRY AND THE HISTORY OF PLACES: THE TERRITORIAL QUESTION OF THE GUARANI AND KAIOWÁ PEOPLES IN MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

EXPANSIÓN DEL SECTOR DEL AZÚCAR Y DEL ÁLCOHOL Y LA HISTORIA DE LOS LUGARES: LA CUESTIÓN TERRITORIAL DE LOS GUARANI Y KAIOWÁ EN MATO GROSSO DO SUL

Julia Adão Bernardes

Pós-doutorado pela Universidad Nacional de San Martin (Argentina), no Programa de Estudios Rurales y Globalización (PERYG). Doutorado na Universidad de Barcelona (Geografia Humana), Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bolsista Produtividade nivel 1C do CNPq.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Av. Athos da Silveira Ramos, 274, bloco I, sala 007 - Cidade Universitária - RJ, Brasil.

E.mail: julia.rlk@gmail.com

Roberta Carvalho Arruzzo

Pós-doutorado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Departamento de Geografia, Av. Governador Roberto Silveira S/N - CEP: 26020-740 - Centro - Nova Iguaçu-RJ.

E.mail: betarruzzo@hotmail.com

RESUMO

As profundas transformações que marcaram o setor sucroenergético no início do século XXI estimularam sua expansão, impulsionadas pelo capital financeiro, com importantes repercussões de ordem territorial. A análise dessa dinâmica em Mato Grosso do Sul, envolvendo conflitos de apropriação da terra entre os detentores do agronegócio e os povos indígenas, possibilita avançar na compreensão do significado social e político da expansão do setor em sua dimensão espacial. É importante ressaltar que o avanço das fronteiras do agronegócio não se resume às expansões territoriais, à inovação, sendo fundamental a incorporação do conflito na apreensão do seu significado mais profundo. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva analisar as novas formas de organização do capital, suas estratégias de apropriação do território e o confronto entre seus interesses e o movimento político de recuperação de parte dos territórios dos Guarani e Kaiowá.

Palavras-chave: setor sucroenergético, território, povos indígenas, Guarani e Kaiowá.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

ABSTRACT

The profound changes the sugar and ethanol industry has undergone since the beginning of the 21st century have spurred its expansion, driven by financial capital, resulting in major territory-related repercussions. The analysis of these dynamics in Mato Grosso do Sul, where land appropriation has sparked conflicts between agribusiness owners and indigenous peoples, can shed light on the social and political meaning of the expansion of the industry in spatial terms. The advance of agribusiness frontiers is not just a matter of territorial expansion and innovation. If its more profound meanings are to be understood, the implications of conflict must also be considered. This study is designed to analyze the new organization of capital, the strategies it uses to appropriate land, and the clashes between its interests and the political movement to restore part of the Guarani and Kaiowá territories.

Keywords: sugar and ethanol industry, territory, indigenous peoples, Guarani and Kaiowá.

RESUMEN

Las profundas transformaciones que marcaron el sector del azúcar y del álcohol a principios del siglo XXI, estimularon su expansión, impulsadas por un capital financiero que dejo como consecuencia importantes repercusiones de orden territorial. El análisis de esta dinámica en Mato Grosso do Sul, involucra conflictos de apropiación de tierras entre los empresarios y los pueblos indígenas, lo que nos permite tener una mayor comprensión del significado social y político de la expansión del sector, en su dimensión espacial. Es importante destacar que el avance de las fronteras del agronegocio no se limita a la expansión territorial, siendo fundamental la incorporación del conflicto en la aprehensión de su significado más profundo. En ese contexto, nuestro trabajo tiene como objetivo analizar las nuevas formas de organización del capital, sus estrategias de apropiación del territorio, la confrontación entre sus intereses y el movimiento político de recuperación de los territorios indígenas.

Palabras-clave: sector del azúcar y del álcohol, territorio, pueblos indígenas, Guarani y Kaiowá.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

INTRODUÇÃO

Partindo da convicção de que é fundamental avançar nas reflexões sobre a expansão do agronegócio, que procura estabelecer controle sobre o território e as resistências a esse processo, a proposta deste trabalho consiste no estudo do processo de expansão do setor sucroenergético brasileiro nas últimas décadas e suas relações com históricos processos de resistência locais. Trata-se de apreender o significado social e político da expansão desse setor em sua dimensão espacial. Por isso, o objetivo do trabalho está centralizado em estudar o conjunto de relações e articulações existentes em um determinado subespaço, de modo a possibilitar a expansão da produção da atividade sucro-alcooleira, exigindo modificações na complexa organização espacial já existente.

Tratando-se dessa agroindústria, nem todos os fatores que intervêm podem ser externos à região, já que deve existir contiguidade entre primeira matéria e transformação industrial. Por ser um produto que se deteriora facilmente, o menor tempo possível entre o corte e a utilização industrial constitui um fator fundamental para evitar a perda de sacarose. A cana, uma vez cortada, inicia um processo de deterioração, sofrendo a sacarose transformações, com perdas do ponto de vista agrícola e industrial, estabelecendo-se, portanto, uma forte interrelação entre agricultura e indústria a partir das especificidades desse tipo de agroindústria. Em consequência, o enraizamento territorial da agroindústria açucareira é maior, uma vez que esta indústria é completamente distinta das demais que podem ser deslocalizadas, enquanto que esta não pode deslocar-se. Na medida em que se trata de uma agroindústria que tem necessariamente um enraizamento territorial, a questão da apropriação de terras e controle territorial passa a ser mais relevante do que em outras agroindustriais ligadas ao agronegócio, visto que, além da questão técnica própria do processo industrial, trata-se da questão da condição de reprodução técnica da própria terra e da extensividade do processo, adquirindo, portanto, novos elementos que necessitam ser trabalhados (Bernardes, 1933).

É fato conhecido que um dos ramos agroindustriais onde mais se concentram os investimentos no Brasil é neste setor, particularmente a partir do "Programa Nacional do Álcool" (PNA) e, mais recentemente, na década de 2000, vinculado ao agravamento da questão ambiental e à importância assumida pelo agronegócio no PIB nacional. Em 2002, foi criado o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), um programa do governo federal de incentivo ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como a de biomassa, no qual se inserem os biocombustíveis. Consequentemente, em relação a esse ramo agroindustrial se podem produzir substanciais efeitos de ordem territorial.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

No caso do cerrado do Mato Grosso do Sul, as mudanças em termos das novas implantações vêm sendo bastante significativas, suscitando um maior conhecimento das articulações que possibilitam que tais implantações alcancem essas áreas e dos efeitos territoriais que possam ter. A expansão desta atividade vai de encontro ao fortalecimento do movimento político dos Guarani e Kaiowá[1] pela recuperação de parte de seus territórios, tornando o cenário regional bastante complexo e contribuindo para o agravamento desta já dramática questão.

Deve-se considerar que a recente expansão do setor do etanol e as novas tecnologias geradas introduzem relações novas com o espaço, com implicações de ordem social e territorial ainda pouco estudadas. O que propomos aqui é recuperar a reflexão de autores que se preocupam com essa questão, dedicando um tratamento mais profundo à variável território, levando em consideração a história dos lugares. Não obstante, deve-se evitar o equívoco de pensar que a realidade captada de uma determinada forma seja a única ou a autêntica, visto que o conhecimento da realidade é inesgotável, não podendo ser reduzido a dimensões do conhecimento humano.

O RECENTE CONTEXTO DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO

A partir dos anos 2000 um novo modelo de acumulação emerge no setor agrícola brasileiro, no âmbito da política econômica e financeira do estado, consistindo numa "associação do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária" (Delgado, 2012, p.94). Essa associação favorece a realização das estratégias econômicas do capital financeiro, no sentido de auferir maiores lucros, patrocinadas pelas políticas de Estado. Nesse contexto, o setor sucroenergético passa a apresentar vigorosa expansão, particularmente a partir da segunda metade da década de 2000, no âmbito da chamada "revolução ambiental", estimulado por políticas públicas e por novas demandas de mercado, impondo-se sua reorganização e adequação às novas necessidades de acumulação do capital.

No âmbito internacional a produção mundial de etanol vem revelando vigorosa expansão desde 2007, apresentando variação entre esse ano e 2014, em torno de 87%. Nessa escala os EUA liderou o ranking em 2014, detendo 58% da produção global, seguido pelo Brasil com 25%, respondendo atualmente os dois países por aproximadamente 83% do total mundial. Contudo, como mostra a tabela 1, a produção brasileira já registrou

[1] Os Guarani são um grupo étnico que aparece normalmente divido em três subgrupos: os Guarani Mbya, Guarani Ñandeva. e os Guarani Kaiowá. Neste trabalho serão apresentadas algumas considerações que envolvem os subgrupos Ñandeva e Kaiowá e será utilizada a nomenclatura Guarani e Kaiowá . "Embora apresentem muitos aspectos culturais e de organização social em comum, o primeiro, ou seja, Guarani-Kaiowá não se reconhece como sendo Guarani, mas aceita a denominação de Ava Kaiowa. Por sua vez os Guarani-Ñandeva se autodenominam como Ava Guarani." (Benites, 2013, p.23).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

melhor posicionamento no mercado internacional, particularmente entre 2008 e 2010. Os dois países também emergem como os maiores exportadores, totalizando as exportações brasileiras em 2014, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), aproximadamente 1.397.914 m³, sendo os EUA o principal receptor (728.053 m³), vindo em segundo lugar a Coreia do Sul (417.059 m³) e em terceiro o Japão (91.160 m³).

Segundo o Anuário da Cana[2], na safra 2014/2015 o valor bruto movimentado pelo setor sucroenergético brasileiro superou R$70 bilhões na produção de cana, açúcar, etanol e bioeletricidade; registrou um PIB em torno de 43 bilhões de dólares, representando 1,3% do PIB brasileiro[3], gerando aproximadamente 10 bilhões de dólares em divisas externas, com as exportações de açúcar e etanol, posicionando-se como o 3º segmento na pauta de exportações do agronegócio em 2014.

Tabela 1

Evolução da produção mundial de etanol (milhões de galões)								
Países	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EUA	6.521	9.309	10.938	13.298	13.948	13.300	13.300	14.300
Brasil	5.019	6.472	6.578	6.922	5.573	5.577	6.267	6.190
Europa	570	734	1.040	1.209	1.168	1.179	1.371	1.445
China	486	502	542	542	555	555	696	635
Canadá	211	238	291	357	462	449	523	510
Outros	315	389	914	985	698	752	1.272	1.490

Fonte: Adaptado de: www.afdc.energy.gov/data.

Vale destacar que os complexos soja, carnes e sucroalcooleiro que, de acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2008), já eram responsáveis por 70% das exportações do agronegócio em 2008, continuam liderando atualmente o ranking das exportações. Segundo Delgado, "este dado evidencia a hipótese da vantagem comparativa natural e não os conceitos mais complexos de competitividade adquirida, como explicação provável para o *boom* dos bens primários no comércio externo" (2012, p.108).

No contexto de expansão do setor no território nacional, em 2015 a área plantada com cana abrangeu 10.437.077 ha, correspondendo a 4,5% da área agricultável do país, moeu 638 milhões de toneladas de cana, que resultou na produção de 36 milhões de toneladas de açúcar e de 30 bilhões de litros de etanol, possibilitando a comercialização de 19.400 GW/h excedentes de bioeletricidade, envolvendo 75 mil produtores independentes[4].

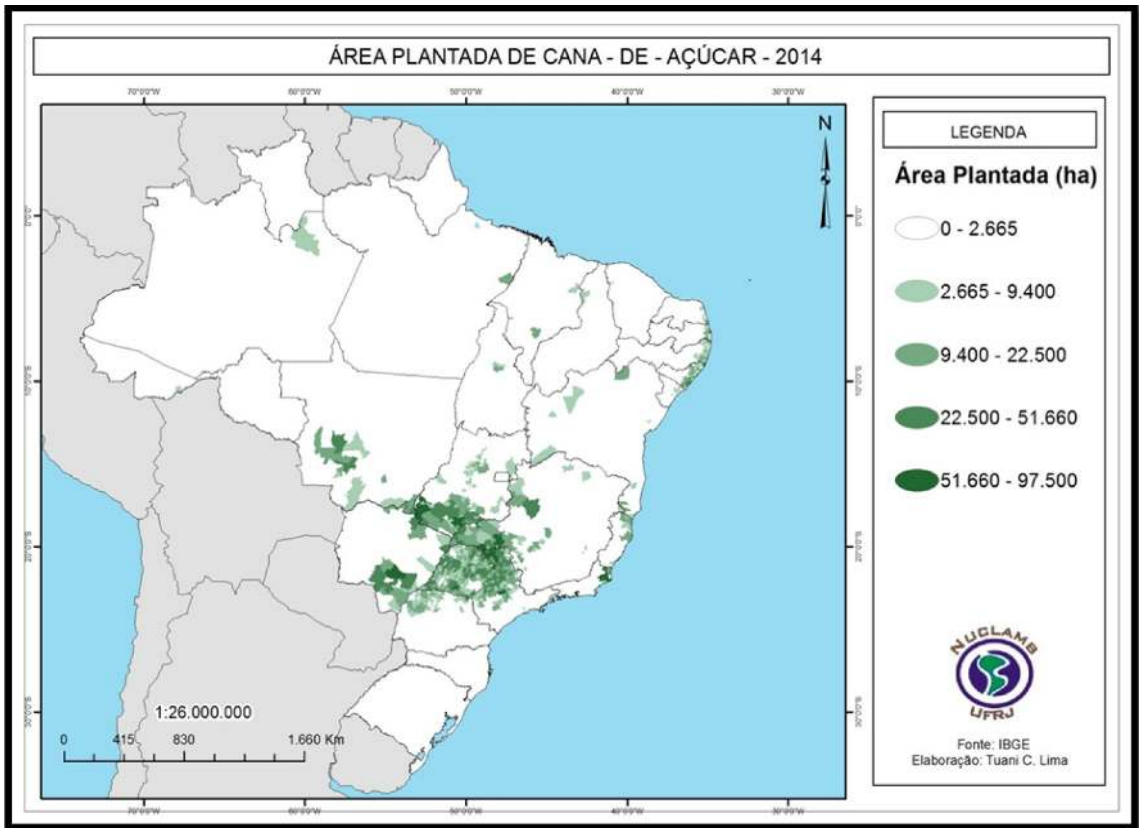
[2] Grandes números do setor sucroenergético, safra 2014/15, p. 100, Anuário da Cana 2015, Procana Brasil.
[3] Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
[4] Anuário da Cana, 2015 pág. 100.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A partir da segunda metade dos anos 2000 e com maior intensidade na safra 2008/09, em função "da emergência das tecnologias flex fuel para veículos de passeio e utilitários leves em 2003" (Castillo, 2015, p.16) e do comportamento dos agentes diretamente envolvidos na atividade sucroenergética, a exemplo da entrada de novos dirigentes na atividade agrícola e industrial nessa agroindústria, de agentes financeiros e comerciais, da incorporação técnica e da implantação de novas estratégias empresariais, ocorre intensificação da expansão da produção de cana-de-açúcar, com significativas repercussões na reorganização do território.

A distribuição geográfica da área plantada de cana-de-açúcar pode ser observada na Figura 1, envolvendo 362 municípios. Entre as safras 2000/01 e 2014/15 a produção de cana no país passou de 254 milhões de toneladas para 630 milhões, apresentando variação em torno de 148% no período, iniciando-se as mudanças nesse cenário a partir de 2006/2007, respondendo a região Centro-Sul, que agrega os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, por aproximadamente 90% desse volume. Na Figura 1 é possível identificar enorme mancha em São Paulo que se estende pelos eixos Triângulo Mineiro/Sudoeste e Sul de Goiás e Norte do Paraná/Mato Grosso do Sul. Observa-se, ainda, certo nível de concentração em Mato Grosso e no litoral nordestino.

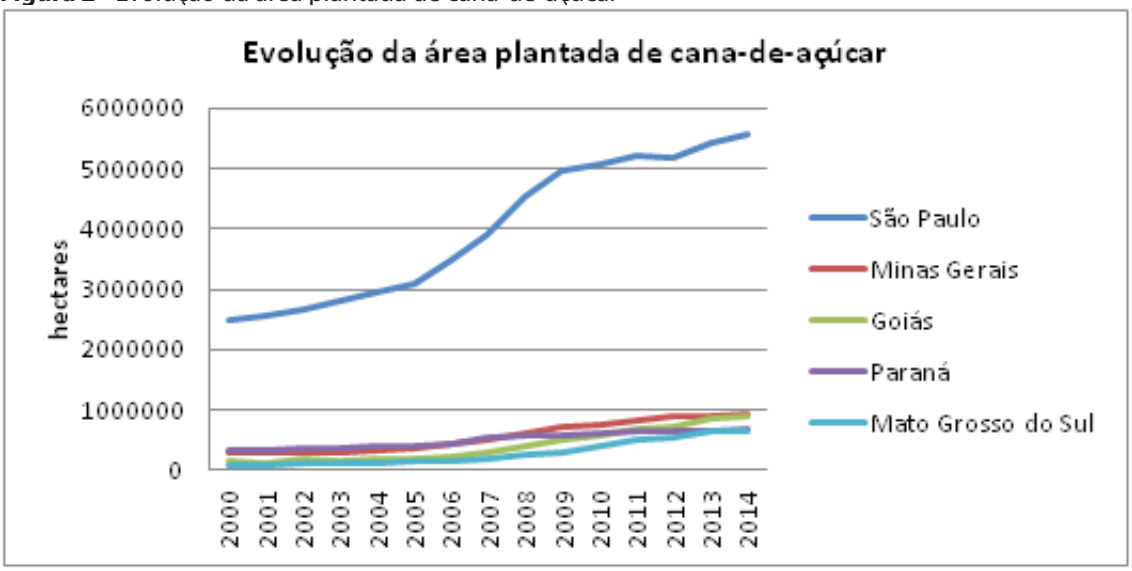
Figura 1 - Área plantada de cana-de-açúcar - 2014



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Na Figura 2 destaca-se a grande concentração da área plantada com cana-de-açúcar em São Paulo, no conjunto da área plantada dos principais estados produtores. Esse estado apresentou em 2014 um total de 5.566.584 ha, correspondendo a 53,16% da área plantada com cana do país, sendo responsável ainda por 54,44% da produção nacional. Vale destacar que dos 639 municípios de São Paulo, 511 plantam cana, ou seja, 79,97% (SIDRA/IBGE).

Figura 2 - Evolução da área plantada de cana-de-açúcar



Fonte: *SIDRA/IBGE. Elaborado por Daniel M. L. V. Monteiro.*

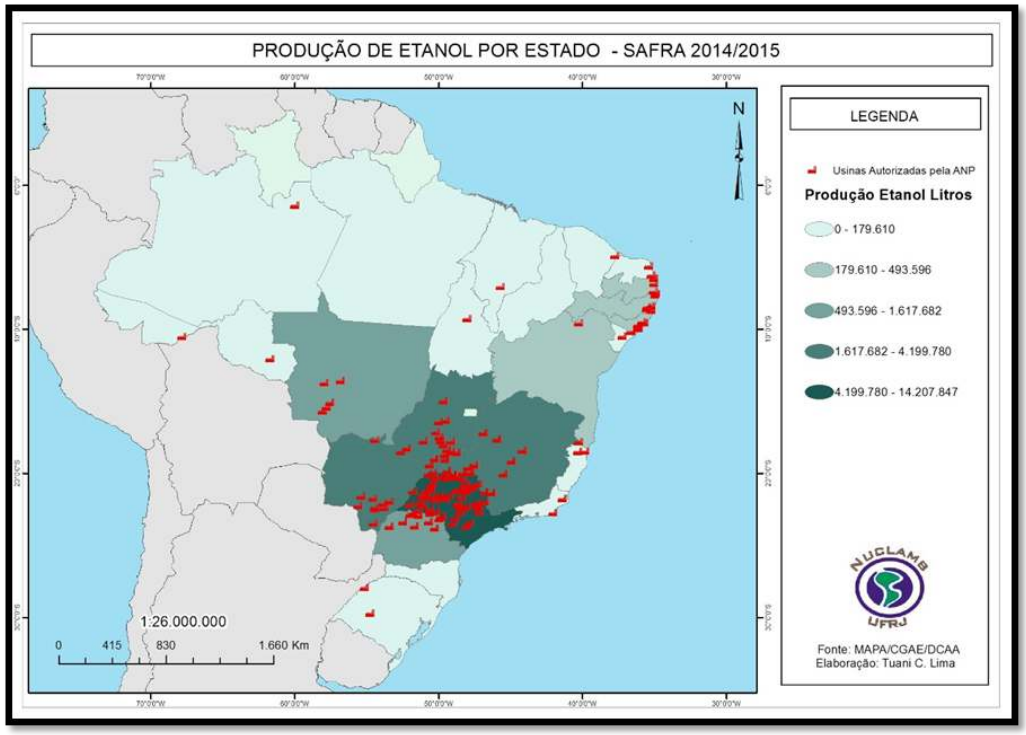
É importante levar em conta que, no setor sucroenergético, a incorporação técnica se faz a níveis cada vez mais amplos. Sánchez (1991) ressalta a importância de se considerar, no processo de incorporação técnica, os efeitos sobre o território, porém, deve-se levar em conta também os efeitos produzidos em cadeia, porque cada modificação engendra novas mudanças que incidem sobre outras dimensões sócio-espaciais, que repercutem sobre o território. Nesse sentido, mudanças na base técnica de produção industrial exigem da agricultura transformações para a obtenção do insumo básico, a cana, sendo o espaço, enquanto meio de produção, afetado, o qual igualmente atua sobre a estrutura produtiva.

Tratando-se da produção de etanol, na safra 2014/15 a região Sudeste se distanciou das demais regiões, totalizando 16.747 mil/m^3, enquanto a região Centro-Oeste produziu 7.783 mil/m^3 e a região Nordeste somente alcançou 2.016 mil/m^3 (Figura 2). Nessa safra São Paulo se destacou como o maior produtor de etanol do país, com 13.764 mil m^3, vindo em segundo lugar Goiás, que produziu 4.175 mil m^3, seguido por Minas Gerais com 2.727 mil m^3 e por Mato Grosso do Sul com 2.440 mil m^3. Formaram um terceiro bloco o Paraná, com 1.610 mil m^3 e Mato Grosso, que produziu 1.169 mil m^3 de etanol. A região Nordeste compareceu em penúltimo lugar, com 2.016 mil m^3 e a região Norte teve pouca expressão.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Além da produção nacional de etanol, também é possível identificar na Figura 3 a distribuição geográfica das 382 usinas em 2014/15, autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), com capacidade total de 317.781 m³/dia, segundo informações da Nova Cana (2016), podendo-se observar extrema concentração na região Sudeste, em torno de 213 unidades com capacidade total instalada de 185.278 m³/dia, seguida pela região Centro-Oeste com 68 usinas e 80.538 m³/dia, vindo em terceiro lugar a região Nordeste, que detém 64 unidades e capacidade de 29.781 m³/dia. A região Sul controla 32 usinas com 18.494 m³/dia e a Norte apenas 5 unidades com 3.690 m³/dia. A magnitude dessa expansão, que se intensificou na segunda metade da década de 2000, vincula-se às mudanças vividas pelo setor, estimulado por políticas públicas e por novas demandas de mercado, impondo-se a reestruturação do mesmo, significando eliminação das usinas pequenas e mais antigas.

Figura 3 - Produção de etanol por Estado - safra 2014/2015



Outro aspecto a ser contemplado na escala regional diz respeito à distribuição espacial de projetos. Em 2014/15 a região norte-nordeste participou com 25,1% do total de projetos enquadrados e com 21,0% da capacidade produtiva acrescentada. Nesta região, Alagoas e Pernambuco eram responsáveis conjuntamente por 61,4% dos projetos e por 60,4% da capacidade regional. Já a região centro-sul participava com 74,9% dos projetos nacionais e 79,0% da capacidade adicional. Vale ressaltar ainda, nesta região, a participação de Minas Gerais com 13,3% do total de projetos e Paraná com 9,3%, restando ao Rio de Janeiro apenas 4,0%.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO

A originalidade do atual movimento técnico-científico-informacional reside em sua orientação no sentido de uma transformação global do conjunto de forças produtivas, alcançando o impulso das técnicas, em sua dinâmica, um complexo de estruturas políticas, econômicas e sociais. Consequentemente, a incorporação técnica na esfera da produção serve para fomentar a produtividade e, portanto, para permitir maior competição capitalista, visto que, uma maior circulação do capital gera maiores lucros e aumento de poder. Em suma, o sentido da incorporação técnica se acha na competição capitalista e na acumulação do capital, seu significado se vincula à modificação das relações de produção e, portanto, de uma nova hierarquia entre as frações capitalistas.

Nesse sentido, o processo de reestruturação do setor sucroenergético encontra-se associado às recentes mudanças na organização do capital, ou seja, ao movimento de fusões e formação de consórcios, sendo possível afirmar que o controle político e econômico da agricultura científica globalizada no Brasil não é mais realizado apenas no âmbito nacional, mas vinculado aos grandes centros decisórios internos e externos. No que diz respeito ao processo de concentração e centralização do capital, constituem exemplos significativos o caso da Cosan, "que comprou a Esso e constituiu *joint venture* com a Shell criando a Raízen" (Bernardes, 2013, p.150); o Grupo Santelisa (famílias Junqueira e Biagi) que se associou com a Louis Dreyfuss; além do Grupo Moema (famílias Biagi e Junqueira) com a *trading* Bunge (Oliveira, 2012).

Nos anos 90 assistimos ao processo de desregulamentação do setor, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e à redução do papel regulador do Estado na agricultura, aumentando, nesse contexto de enfraquecimento do Estado e do avanço do processo de globalização, "o poder de regulação das *tradings* agrícolas e, mais recentemente, de grandes empresas de capital aberto a grupos financeirizados" (Frederico, 2013, p.101).

Nesse sentido, um aspecto revelador das recentes metamorfoses do setor sucroenergético é a presença de empresas nem sempre ligadas à produção agropecuária, como a Odebrecht e a Petrobras, revelando uma diversidade de origem dos capitais investidos no campo brasileiro (Lourenço, 2016), além das *tradings*, que antes operavam exclusivamente na comercialização do açúcar, e hoje atuam simultaneamente na produção de açúcar e etanol, ou apenas de etanol, na busca de novas escalas de produção e de maiores lucros, frequentemente agregando em logística em terminais de exportação no país, como a Bunge, a ADM, a Cargill e a Louis Dreiffus. Segundo Frederico, essas empresas, que antes operavam quase que exclusivamente no controle dos fluxos, hoje têm uma atuação diferenciada, à medida que "atuam na produção propriamente dita, comprando terras,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

produzindo grãos, mas também controlando a sua própria logística e as informações de mercado" (Frederico, 2013, p.101). Em outras palavras, o setor inclui o pluralismo, seja na origem dos capitais ou nas atividades desenvolvidas, as quais envolvem distintas categorias de negócios.

Na atual fase de reconfiguração do setor, que inclui a participação de grandes grupos internacionais, o mesmo é constituído por 340 unidades já habilitadas pela ANP, das quais 66 pertencem aos 10 maiores grupos econômicos, que controlam 20% das usinas do país, representando 34% da capacidade instalada, o que se traduz em 88.488 m^3/dia (Nova Cana, 2016). Em 2015 a Raízen liderava o ranking dos maiores grupos econômicos produtores de etanol, com 24 unidades industriais e capacidade de processamento em torno de 17.113 m^3/dia, seguida pela Odebrecht Agroindustrial, com 15.655 m^3/dia em 9 unidades, vindo em terceiro lugar a Biosev, com 13.750 m^3/dia em 12 unidades. Entre os maiores produtores de etanol encontram-se cinco grupos controlados por capital estrangeiro, cujas origens são França, Inglaterra e China (Lourenço 2016).

Nesse momento, em que a lógica financeira global contempla a *commoditização* de qualquer forma de produção, seja agropecuária, energética, extrativista ou outras, o domínio monopolista e territorial dessas empresas e grupos econômicos deve ser entendido como a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios. O primeiro processo se dá pela crescente apropriação de terras e do processo produtivo em áreas que sejam capazes de atender as exigências do capital; o segundo pode ser entendido como o aumento do controle territorial por poucos grupos, em especial pelas *tradings* (OLIVEIRA, 2012). Tais processos provocam conflitos com grupos excluídos dessa lógica global pelo acesso e controle da terra.

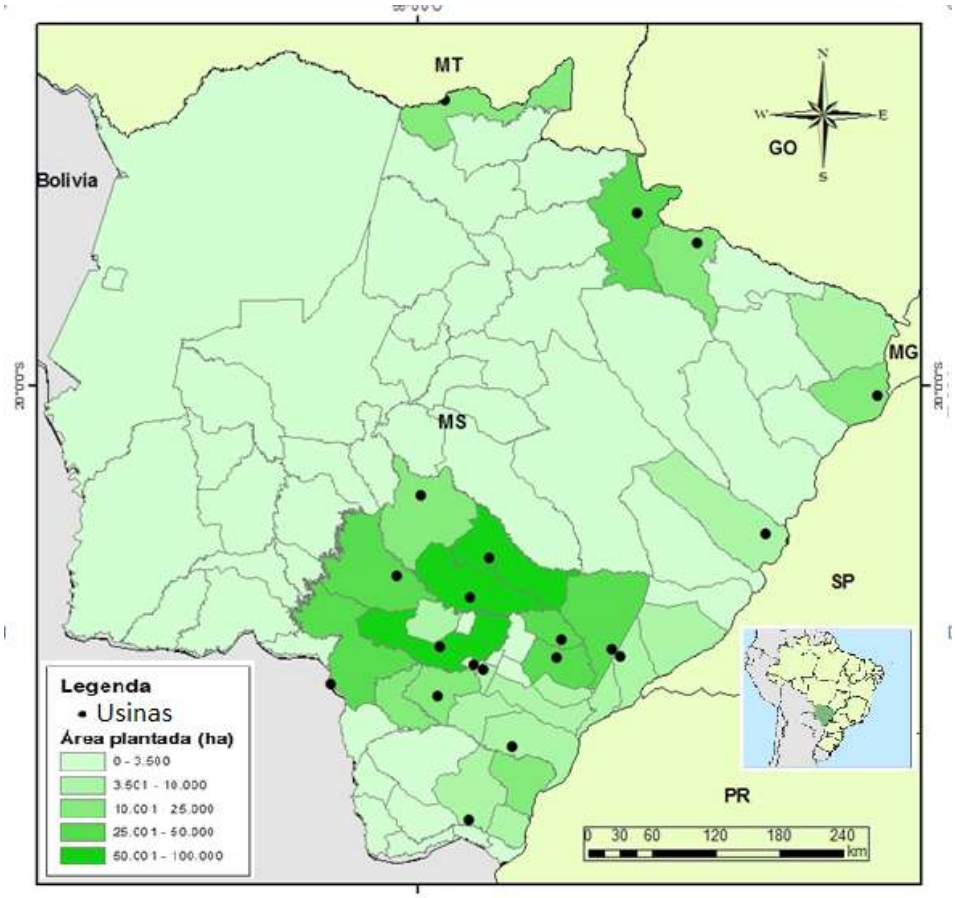
A DINÂMICA DA EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM MATO GROSSO DO SUL

O geógrafo Milton Santos assinala que "se o espaço se torna uno para atender as necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas" (Santos, 1994, p.46). Nesse sentido, no âmbito da heterogeneidade de interesses, a fronteira do setor sucroenergético Mato Grosso do Sul emerge como uma determinada versão da mundialização, onde a reprodução do capital assume determinadas formas e relações sociais, tendo como consequência conflitos específicos (Oliveira, 1977). Deve-se esclarecer que essa fronteira faz parte do eixo Paraná/Mato Grosso do Sul, um dos principais corredores de expansão do setor.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

No que concerne às formas de reprodução do capital, no âmbito de condições gerais, como a integração de capitais (financeiro, industrial, comercial e agrário), a intensificação dos arranjos institucionais setoriais, o favorecimento da concessão de subsídios estatais para financiamento e custeio da produção, da modernização do setor, condições que permitem aplicar constantemente novas soluções técnicas e organizativas, essa atividade assume significativa importância regional, com expressivos resultados no processo produtivo. Deve-se destacar que a área plantada com cana-de-açúcar na safra 2013/14 alcançou 642.686 ha, variando em torno de 549,45% entre essa safra e a de 2000/01, sendo registradas as maiores alterações a partir de 2009. Na safra 2013/14 a produção de cana se situou ao redor de 42.399.659 toneladas, correspondendo a um rendimento aproximado de 65.973 t (SIDRA/IBGE), situando-se a capacidade total de produção de etanol em 2015 em 25.254 m³/dia (Nova Cana). Na Figura 4 observa-se que a grande concentração da área plantada com cana e das usinas se encontra no cone sul do estado, estendendo-se particularmente nos municípios de Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul e Dourados, onde a atividade agrícola ocupava em 2014 respectivamente 82.488 ha, 79.811ha e 47.330 ha.

Figura 4 - *Distribuição da área plantada de cana-de-açúcar (2014) e localização das usinas (2015) - Mato Grosso do Sul*



Fonte: ANP, IBGE. Elaborado por Bruno Lima

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

O cenário da produção, que aponta para a formação de regiões especializadas agrícolas, nos leva à reflexão sobre as relações sociais. Segundo dados da RAIS/CAGED, entre 2000 e 2014 o número de trabalhadores no setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul passou de 4.178 para 28.137, apresentando variação de 85,15%. É importante assinalar que os modelos técnicos atuais exigem o controle sobre maiores capitais, grandiosas forças produtivas, vastas áreas territoriais e uma força de trabalho mais qualificada. Necessitam uma estrutura mais organizada, tendendo os novos processos a destruir processos de organização anteriores, porque são competitivos. Como nos diz Lefébvre (1973) a criação, a adoção e a difusão de técnicas não se concebe à margem das relações sociais. A introdução do corte mecanizado, por exemplo, vem eliminando substancial contingente de trabalhadores menos qualificados, significando mudanças quantitativas e qualitativas em relação à força de trabalho; as estratégias de terceirização foram estimuladas e formas degradadas de trabalho, com frequência, são encontradas na atividade canavieira, sendo as mesmas interpretadas como "Formas Contemporâneas de Escravidão" por José de Souza Martins, que afirma que não constituirem um problema residual, mas "uma expressão tardia de contradições próprias do desenvolvimento capitalista, que se manifesta em condições econômicas, sociais e culturais particulares" (2000:14).

No contexto da nova ordem de racionalização que vem se afirmando no setor sucroenergético, envolvendo determinadas formas de produção e de trabalho, estimulando a expansão do capital, a qual prossegue avançando nos últimos anos nos espaços ainda disponíveis, emerge o grande capital enquanto elemento indutor da ocupação da vasta fronteira de recursos, passando os grupos hegemônicos a controlar os recursos naturais básicos, os quais passam a ser mais valorizados, estabelecendo domínio sobre o espaço físico, uma vez que deste depende, em grande parte, seu fortalecimento. Nesse movimento do capital, o setor sucroenergético registrou em Mato Grosso do Sul, em 2015, expressivo nível de concentração de unidades agroindustriais, destacando-se os grupos: Odebrecht com três unidades e capacidade diária de produção de etanol de 5.900 m^3/dia; Biosev, com três usinas e capacidade de 4.010 m^3/dia; Adecoagro, com duas usinas e capacidade de produção diária de 3.000 m^3 e J. Pessoa, com duas unidades e capacidade de 2.000 m^3/dia. Vale ressaltar que a região abriga expressivos representantes do capital financeiro internacional, a exemplo do grupo Adecoagro, de George Soros, de *tradings,* como a Bunge, além da Raízen, a maior empresa nacional do setor (Tabela 2).

Tabela 2

Capacidade de produção de etanol das usinas autorizadas pela ANP em Mato Grosso do Sul (m^3/dia) - 2015			
Grupo	Nome da Usina	Município	Capacidade total
Adecoagro	Usina Angélica	Angélica	2.400
Adecoagro	Adecoagro	Ivinhema	600
Biosev	Unidade Maracaju	Maracaju	360
Biosev	Unidade Passa Tempo	Rio Brilhante	1.700
Biosev	Unidade Rio Brilhante	Rio Brilhante	1.950
Bunge	Unidade Monteverde	Ponta Porã	600
Central Energética Vicentina	Usina Vicentina	Vicentina	400
Cia Agricola Sonora Estancia	Usina Sonora	Sonora	1.000
Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	Usina Dcoil	Iguatemi	350
Energética Santa Helena	Usina Santa Helena	Nova Andradina	900
Fátima do Sul Agro - Energética S/A	Usina Fátima do Sul	Fátima do Sul	650
Iaco Agrícola S/A	Usina Iaco Agrícola	Chapadão do Sul	1.750
Infinity Bio-energy	Unidade Usinavi	Naviraí	900
J. Pessoa - Cbaa	Unidade Sidrolandia	Sidrolândia	650
J. Pessoa - Cbaa	Unidade Brasilândia	Brasilândia	1.350
Laguna	Usina Laguna	Batayporã	400
Odebrecht Agroindustrial	Unidade Santa Luzia	Nova Alvorada do Sul	3.700
Odebrecht Agroindustrial	Unidade Costa Rica	Costa Rica	1.700
Odebrecht Agroindustrial	Unidade Eldorado	Rio Brilhante	500
Raízen Energia S/A	Unidade Caarapó	Caarapó	239
Sao Fernando Acucar E Alcool Ltda	Usina São Fernando	Dourados	1575
Tonon	Unidade Vista Alegre	Maracaju	1200
Unialco	Alcoolvale	Aparecida do Taboado	380
Total MS			**25.254**
Total Brasil			**315.018**

Fonte: *Nova Cana (atualizado em 27 de julho de 2015)*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Essa concentração da produção em determinadas porções do território de Mato Grosso do Sul, adaptadas às novas tecnologias, que dispõem de vantagens comparativas e competitivas, configurando espaços sociais diferenciados e hierarquizados, formadores de regiões especializadas agrícolas, leva ao aprofundamento da divisão regional do trabalho, constituindo as bases do novo modelo de acumulação. Em suma, a expansão da fronteira do setor nesse estado vem se dando à custa do controle dos recursos e do domínio do espaço físico, implicando em reformulações nas relações econômicas, sociais e de poder, significando extinção de setores e criação de novos domínios, assumindo a propriedade da terra, nesse contexto, significado especial.

O CONTEXTO TERRITORIAL DE MATO GROSSO DO SUL

Autores como Santos & Silveira (2001) e Elias (2006) apontam para a seletividade de áreas pelas atividades relacionadas à agricultura moderna e agroindústrias, criando regiões produtivas especializadas e levando a uma organização dos objetos e ações de forma a aumentar a capacidade produtiva e a fluidez destes espaços. Em muitos casos, esta seleção de áreas e o estabelecimento de regiões produtivas vêm acompanhados de um forte discurso desenvolvimentista e de estratégias de invisibilização de toda uma história das pessoas e de seu espaço vivido, tratando estes espaços como "vazios" ou como anteriormente improdutivos (Porto-Gonçalves, 2008). Diversas realidades acabam por serem tratadas, tanto por agentes privados como pelo planejamento estatal, como residuais, improdutivas ou inexistentes. Estas ausências e silêncios que ofuscam a diversidade de visões de mundo e formas de se relacionar com a natureza e, consequentemente, as atividades produtivas, acabam por colaborar para uma contração do presente, contribuindo para esconder "a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo" (Souza Santos, 2002, p. 245).

Estes entendimentos estão presentes nos processos de "ocupação" de diversas áreas no Brasil, levando à criação de profundos conflitos, gestados na tentativa de inviabilização e expropriação de povos inteiros. Na concepção, tanto dos compradores das terras quanto do Estado, que legaliza sua expropriação, são eles, os produtores, através do desmatamento do cerrado e impulsionando o deslocamento da população que ali habita desde remotos tempos, que tornaram este espaço preenchido. Tomar determinados espaços por vazios e eliminar, pelo menos no plano do discurso, qualquer impedimento à ocupação, é uma característica de determinados tipos de territorialidades (Sack, 1986, p.34). Pensar o espaço como conceitualmente vazio e agir territorialmente como se assim fosse, permite que se realize o movimento de esvaziar, preencher e novamente esvaziar espaços, reorganizando

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

objetos e recursos para se alcançar o objetivo de controle funcional. As relações entre os espaços e os acontecimentos, pessoas e objetos são entendidas como apenas contingentes na maior parte dos conceitos modernos de espaço[5]. Machado, por exemplo, considera que a terra livre ou o espaço vazio são noções fundamentais na ideia de fronteira[6] que ultrapassa o vazio demográfico:

> É um conceito elaborado em contraposição à presença indígena efetiva e à sua cultura: os "espaços vazios" eram espaços não civilizados, quer dizer, aqueles onde não existiam formas de civilização. A propriedade privada e o aparato jurídico que a legitima sob a forma do Estado eram instituições próprias da civilização e ausentes das comunidades indígenas (Machado, 1995: 185).

Como um exemplo interessante e atual dessa invisibilidade podemos apontar o "Perfil de MS", disponível no portal do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul[7], que no subitem dedicado à descrição da população dedica treze parágrafos para caracterizar os migrantes vindos de diversos lugares do Brasil e do mundo para o estado, e apenas uma única frase à população indígena: "Vivem no Estado vários grupos indígenas". Vejamos melhor quem são eles.

Os dados do IBGE indicam que havia, no último censo, 73.295 pessoas autodeclaradas indígenas em Mato Grosso do Sul, que se dividem em seis grupos étnicos: Guarani e Kaiowá, Guató, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié e Terena[8]. Ainda segundo o censo de 2010, quase 80% desta população reside nas Terras Indígenas. As Terras Indígenas, que são coletivas e de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são categorias jurídicas baseadas na Constituição Nacional promulgada em 1988, que veio romper, ao menos em teoria, com toda uma tradição legal em se tratar os povos indígenas como um elemento do passado. Grande parte dos entendimentos legais brasileiros sobre a questão indígena, anteriormente os considerava como grupos que ainda sobreviviam e deveriam ser protegidos, mas estariam fadados a se mesclar com a sociedade "civilizada" e, portanto, a perder seus direitos legais às terras por eles ocupadas. A partir de 1988 os povos indígenas, seus direitos à terra e à manutenção de seu modo de vida e sua cultura, deixam de ser vistos como transitórios.

[5] "Events and space would seem to be only contingently related. This possibility is especially significant in modern society and characterizes the conception of territory most closely linked with modern modes of thought. Science, technology, and capitalism make practical the idea of repeatedly and efficiently 'filling' and 'emptying' and moving things about within territories of all scales." (Sack, 1986: 37).

[6] A autora se refere principalmente às ideias de Turner, mas também de outros autores posteriores a ele.

[7] Ver: http://www.ms.gov.br/institucional/perfil-de-ms/

[8] Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) há também um pequeno grupo de Chamacoco. Ver: https://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/regiao/20.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Por outro lado, a regularização de Terras Indígenas é um processo lento e conflituoso e ainda está longe de ser concluído[9]. O processo envolve diversas fases: identificação, delimitação, demarcação, homologação e finalmente regularização. Das cerca de 679[10] Terras Indígenas do Brasil inteiro, apenas 68% já passaram por todas as fases de regularização e 19% ainda são consideradas "em estudo", ou seja, ainda se encontram na primeira fase do processo, quando estão sendo realizados os relatórios que fundamentam os processos de identificação e delimitação[11].

No caso específico de Mato Grosso do Sul, o processo de regularização das Terras Indígenas parece ser especialmente complexo. Como podemos ver na Tabela 3, do total de Terras Indígenas no estado, aproximadamente 28% ainda se apresentam na etapa inicial de reconhecimento, quase dez por cento a mais que a porcentagem nacional. No caso dos Guarani e Kaiowá, este percentual é ainda maior, representando 32% de suas terras ainda em estudo e mais de 80% das Terras Indígenas nesta situação de todo estado. Estes dados já apontam para a gravidade da questão territorial dos Guarani e Kaiowá.

Tabela 3 -Situação Jurídica das Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul

Situação Jurídica	Mato Grosso do Sul	Guarani e Kaiowá/MS
Regularizada	30	19
Homologada	4	4
Delimitada	4	3
Declarada	9	6
Em estudo	18	15
Total	**65**	**47**

Fonte: *FUNAI (2016).*

Amado (2014) aponta outro elemento que torna ainda mais lento este processo, a tendência de aumento das ações judiciais envolvendo os processos relacionados à regularização de Terras Indígenas. O autor levantou 388 processos judiciais no estado que tratam da questão, apenas em primeira instância, fora outros que tramitam em outras instâncias. Já no Supremo Tribunal Federal se encontravam pelo menos 13 ações envolvendo demarcações de terras em Mato Grosso do Sul.

[9] Os dados da CPT de 2015 mostram que existem situações de conflito pela terra envolvendo populações indígenas nos seguintes estados: Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Tocantins.

[10] Ver FUNAI: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas.

[11] Portanto, não tendo ainda limite territorial e nenhuma garantia legal. Este é o caso, por exemplo, de muitas Terras Indígenas dos Guarani Kaiowá e Ñandeva, que configuram um grave caso com inúmeros conflitos armados e mortes de lideranças, em consequência da lentidão deste processo. Ver: http://www.survivalinternational.org/tribes/guarani e http://www.guarani.roguata.com/text.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Todo este processo de morosidade na demarcação territorial tem se traduzido num aumento da participação das populações indígenas nos conflitos por terra no Brasil. Os dados do último levantamento produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)[12] indicam que os indígenas estão envolvidos em 13% dos conflitos territoriais de todo o Brasil e representam 20% do total de famílias envolvidas (Oliveira, 2016). De 59 situações de conflitos por terra envolvendo os povos indígenas em 2008, houve um aumento para um total de 100 situações em 2015, envolvendo 16.880 famílias.

Estes conflitos territoriais se expressam num grande número de situações de violência no campo. Ainda, segundo o último levantamento da CPT, Mato Grosso do Sul aparece em 3° lugar no ranking nacional de violência contra a pessoa, com grande destaque para a questão indígena. Dos 40 conflitos por terra no estado, 36 estavam relacionados às populações indígenas, e das 58 situações de violência contra a pessoa, todas estavam relacionadas à questão indígena[13], incluindo um assassinato[14] ligado diretamente à questão de terras, além de cinco tentativas.

Já os dados do Conselho Indigenista Missionário de 2014, que anualmente publica o relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil[15], demonstram ainda mais a gravidade da questão em Mato Grosso do Sul[16], especialmente no que se refere aos assassinatos e suicídios, como podemos ver na Tabela 4. Dentro do quadro de violências aos indígenas, vemos o destaque para o caso dos Guarani e Kaiowá, que representa a maior população indígena do estado, com graves problemas de regularização das Terras Indígenas, como vimos nos dados anteriores, e que acaba por concentrar o maior número de violências sofridas. Os dados de assassinatos de outros anos, trabalhados no relatório, apontam para uma tendência crescente que atingiu seu auge em 2008, quando o número de assassinatos de indígenas no estado chegou a representar 70% dos casos do Brasil.

[12] Conflitos no campo- Brasil 2015, disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015.

[13] Das 16 ameaças de morte, apenas 3 pessoas não eram indígenas mas estavam ligadas à questão: um advogado e dois funcionários da FUNAI (CPT, 2016).

[14] Em sua fala realizada no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 22 de setembro de 2015, a liderança Eliseu Lopes, que havia acabado de sofrer uma ameaça de morte, relata: "Com imensa dor, trago a este Conselho, mais um patrício assassinado em nossa luta por nossos territórios. Simeão Vilhalva foi assassinado há exatamente um mês, na terra indígena de Ñanderú Marangatú. Homologada pelo presidente Lula em 2005 e com um total de mais de 9 mil hectares, este território é um dos mais sagrados para meu povo, pois é justamente ali que, nos primórdios da terra, fomos criados por nosso ÑanderúVusu. Mas, mesmo com esta importância, somos obrigados a sobreviver em apenas 30 hectares, mais de 1.200 pessoas. Isto porque, há uma década, o Ministro da Suprema Corte, Gilmar Mendes, que é ligado aos setores do agronegócio brasileiro, protela o julgamento de uma ação que suspendeu violentamente os efeitos da homologação presidencial. Na ocasião, fomos barbaramente despejados pelas forças de segurança. Marçal de Sousa foi assassinado nesta terra em 1983. Ele foi o primeiro a discursar na ONU. Ainda em 2005 foi assassinado Durvalino Rocha, cujos assassinos até hoje não foram punidos. E agora Simeão Vilhalva." Ver: http://www.cimi.org.br/pub/MS/ONU/EliseuONU_set2015.pdf.

[15] Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf.

[16] Foi inclusive realizada uma edição especial sobre o estado intitulada "As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul", com dados de 2003 a 2010, disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Tabela 4 - Dados selecionados do Relatório de Violência contra os Povos Indígenas do Brasil - 2014

Formas de violência	Brasil	Mato Grosso do Sul	Guarani e Kaiowá
Omissão e morosidade na regularização de terras	112	24	17
Assassinatos (vítimas)	70	25	22
Homicídio culposo (vítimas de atropelamento)	20	9	7
Tentativas de assassinato (vítimas)	295	26	24
Ameaças de morte (vítimas)	161	7	6
Ameaças várias (casos)	27	3	3
Lesões corporais dolosas (vítimas)	51	8	8
Violência sexual (vítimas)	27	9	9
Suicídio	135	48	Sem informação

Fonte: *Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2015.*

Por outro lado, estes dados refletem também o importante movimento político de recuperação de seus territórios, especialmente dos Guarani e Kaiowá, que cresce simultaneamente às monoculturas empresariais de Mato Grosso do Sul, através das retomadas ou "entradas"[17], que consistem em reocupar (e/ou permanecer em) territórios dos quais foram (ou estão sendo) expulsos, há mais ou menos tempo, incluindo áreas em disputa judicial. A "entrada" ou permanência dos grupos Kaiowá nestas áreas podem ser interpretadas de forma antagônica, evidenciando modos diferentes de se compreender e viver o espaço.

Estas ações de "entradas" estão profundamente relacionadas ao contexto territorial em que vivem os Guarani, ao longo do processo de "ocupação" do atual estado de Mato Grosso do Sul por grupos diversos. Relatos dos Guarani e Kaiowá e outros registros apontam que este povo ocupava prioritariamente zonas de mata e próximas a fontes de água em pequenos grupos dispersos (Colman e Brand, 2008 e Grunberg, 2006). As áreas habitadas pelos Guarani são nomeadas de Tekoha, palavra que envolve as ideias de modo de vida e lugar, podendo ser entendido como o lugar onde se pode viver do seu modo.

A ocupação sistemática do território dos Guarani e Kaiowá por não-índios se inicia com a exploração da erva-mate, em fins do século XIX, atividade que os envolveu parcialmente e

[17] Optamos aqui por adotar a denominação "entradas" (Thomaz de Almeida, 2000) em contraponto a retomadas, termo adotado por autores como Brand (2004). O termo "entradas" nos parece estar mais de acordo com a denominação do próprio grupo étnico e as aspas se justificam por ser uma tradução: "jaha jaike", dizem os Guarani, isto é, "vamos entrar". Ver Thomaz de Almeida, 2000.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

de forma precária (Ferreira e Brand, 2009), além de ter forçado o deslocamento de famílias para outras áreas (Brand, 2004). Porém, a ocupação mais efetiva da região por não-índios começa a tomar corpo em meados no século XX, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, gerando inúmeras situações problemáticas e conflituosas, além de grandes mudanças no quadro regional, que foram se acentuando nas décadas posteriores, a partir principalmente de 1970. Neste período, com a mecanização da agricultura, se intensificam as expulsões dos Kaiowá que viviam em "aldeias de fundo de fazenda" e, consequentemente, as resistências (Brand, 2004). As últimas três décadas têm evidenciado as consequências para este povo destas modificações forçadas em sua forma de organização territorial[18]. Há, atualmente, quatro situações territoriais envolvendo os Kaiowá, que abordaremos resumidamente a seguir.

A primeira situação é a das antigas reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no início do século XX. Grupos de diferentes Tekoha foram transferidos, ao longo de muitos anos, para áreas de pequena extensão, levando ao esgotamento dos recursos naturais e a recorrentes conflitos internos. As consequências são visíveis e o caso da Reserva Indígena de Dourados[19] acabou se tornando emblemático, apresentando padrões de violência e suicídio muito graves, além de mortalidade infantil e desnutrição (CIMI, 2015). A situação de grande densidade populacional, diversidade de famílias extensas originadas de diferentes tekoha e reduzida extensão territorial levou à utilização por alguns autores de termos como confinamento[20], ao tratarem destas reservas (Brand, 2004).

Uma segunda situação é a das Terras Indígenas fruto das lutas territoriais das décadas de 1970, 1980 e 1990, já demarcadas e regularizadas em que, nas áreas em que os Guarani e Kaiowá conseguem dispor do território demarcado, as condições de vida parecem ser bem melhores que as das reservas superlotadas. O terceiro caso é o das Terras Indígenas

[18] "De fato, a nossa miséria, sofrimento e instabilidade e dispersão cruéis familiares, a tentativa de nosso desligamento de nosso território começou marcadamente a partir da década de 70 e 80, quando os fazendeiros recém-assentados, aliados ao poder político da região Cone Sul, política indigenista e à ditadura começaram a expulsar-nos e dispersar-nos de forma violenta dos nossos territórios tradicionais e fomos levados às reservas/aldeias onde hoje não há mais espaço de terra para nós sobrevivemos, onde não há mais água, sobretudo as reservas/aldeias se encontram superlotadas, por conta de superlotação, há violências adversas diariamente no pequeno espaço de reservas/aldeias." Trecho da "Carta/Nota do Conselho da Aty Guasu Guarani-Kaiowá para Justiça do Brasil", escrita em 31/01/12 em Ñanderu Laranjeira-Rio Brilhante-MS e disponível em: https://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=121833.

[19] A média no Brasil, entre 2003 e 2010, foi de 24,5 assassinatos para cada 100 mil pessoas enquanto na Reserva Indígena de Dourados foi de 145 assassinatos para cada 100 mil pessoas (RANGEL, 2011).

[20] Segundo Brand "Por confinamento entende-se aqui o processo histórico que se seguiu à demarcação das reservas pelo SPI, de ocupação do território por frentes não-indígenas, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado para a posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização da sua organização

[so]cial, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais" (2004: 146).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

que já foram demarcadas, na maior parte dos casos fruto das ações de "entradas", porém ainda estão em litígio jurídico, e os Guarani não podem dispor do território livremente, enfrentando graves conflitos cotidianos e difíceis condições de sobrevivência.

O quarto e último caso são os chamados "índios de corredor" (Pereira, 2006) ou "índios entre a cerca e o asfalto" (Amado, 2014), que são situações gravíssimas de grupos vivendo nas faixas entre as estradas e as fazendas. Nestes casos as condições de vida dos grupos são muito precárias, com grande dificuldade de acesso à água e alimentos. Amado (2014) nos fornece uma lista de 34 acampamentos dos Guarani e Kaiowá no estado, distribuídos em 13 municípios.

Almeida e Silva (2006) também destacam o "efeito circulação", com a permanência de grupos familiares movimentando-se e acampando nas proximidades de seus tekoha de origem. Um dos aspectos mais importantes sobre a organização espacial dos Guarani e Kaiowá é que os núcleos relativamente autônomos em que se organizavam estavam (e estão) em constante mobilidade, o que não significa que estejam em processo migratório. Isto tem sido muitas vezes utilizado de forma a justificar opiniões contrárias à demarcação territorial, atrasando possibilidades de solução dos conflitos. Essa mobilidade parece representar tanto uma estratégia de manejo do ambiente, evitando o esgotamento dos recursos naturais, como também "importante recurso para a superação dos conflitos internos decorrentes, entre outras causas, de acusações de feitiço e disputas políticas" (Brand, 2004: 139). Segundo Ruben F. Thomaz de Almeida[21], os Guarani, mesmo os que vivem nas pequenas reservas, ainda realizam o oguata, que é o andar, caminhar, instituição tradicional para este grupo étnico e que pode significar mudanças definitivas ou visitas a parentes que podem durar meses.

No contexto das lutas por demarcação de Terras Indígenas que ganha força na década de 1970, surge a Aty Guasu[22]. Na tradição guarani estes encontros acontecem em diferentes Tekoha, onde são discutidas questões que afetam a todo o grupo. A Aty Guasu da qual falamos surgiu em 1978 e se realiza, desde então, com intervalos de quatro a cinco meses, englobando todas as localidades dos Guarani em Mato Grosso do Sul, e se tornou um espaço de discussão do movimento político de recuperação da posse de seus territórios. A partir destas falas, registradas pelos próprios Guarani e Kaiowá[23], buscamos entender

[21] Antropólogo que trabalha há cerca de trinta anos com os Guarani Kaiowá, em uma das suas muitas participações em reuniões de pesquisa com a autora Roberta Arruzzo nos últimos três anos.

[22] Aty significa reunião, encontro e a palavra Guasu significa grande, amplo. Sobre a Aty Guasu ver Benites (2014) e Thomaz de Almeida (2001).

[23] Utilizamos aqui a "Carta/Nota do Conselho da Aty Guasu Guarani-Kaiowá para Justiça do Brasil", escrita em 31/01/12 em Ñanderu Laranjeira-Rio Brilhante-MS e disponível em: http://www.recid.org.br/component/k2/item/867-carta/nota-do-conselho-da-aty-guasu-guarani-kaiow%C3%A1-para-justi%C3%A7a-do-brasil-abaixo-assinado.html.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

alguns dos significados das "entradas" para este povo e, consequentemente, os possíveis significados do território (Arruzzo, 2013).

Um aspecto primordial, presente em diversos textos produzidos pela Aty Guasu, é a relação entre a reduzida extensão territorial das Reservas, e a impossibilidade de continuarem exercendo seu modo de ser[24]. Desta maneira, as "entradas" representam uma necessidade para que se possa continuar sobrevivendo culturalmente (em muitos casos fisicamente[25]) e para que as atividades religiosas, eixo organizador da vida Guarani, possam continuar acontecendo.

Estas ações também podem significar um importante ganho em qualidade de vida para este grupo étnico, especialmente pela profunda relação de continuidade[26] da atividade religiosa nestes espaços reconquistados, onde em muitos casos há a revitalização de rituais religiosos fundamentais[27]. Somado a isso, há referências também para a importância das "entradas" para a solução de conflitos internos[28]. É importante lembrarmos que a convivência entre grupos familiares, que não se relacionariam espontaneamente, passa a ser imposta pelo SPI e depois pela FUNAI, com a transferência de famílias para as áreas já demarcadas, modificando a organização social e dificultando as estratégias de solução de conflitos, como já vimos anteriormente.

Os textos também apontam para como o território é entendido com uma das fontes deste poder religioso, fundamental à sobrevivência do grupo. Os espaços têm a presença de determinados seres invisíveis[29] que garantem o bem viver neste espaço e o equilíbrio entre as coisas. Para que se possa atingir esta "vida boa, vida em paz", é necessário a presença neste território e a realização dos rituais religiosos[30].

---

[24] "Nestas reservas não há como praticar e preservar mais nosso modo de ser e viver Guarani-Kaiowá; diante disso é que muitas famílias Guarani-Kaiowá decidiram e tentaram retomar e reocupar parte pequena do território antigo, com o objetivo de sobreviver culturalmente e para praticar o ritual religioso e se afastar do mundo de violências adversas das reservas/aldeias superlotadas" (31/01/12).

[25] Ver, por exemplo, Brand e Pícoli (2006).

[26] Segundo Rubem Thomaz de Almeida, o movimento de "entrar" em seus antigos lugares é, necessariamente, precedido de muito tempo de preparo religioso. As "entradas" fortaleceram procedimentos religiosos e estes respaldaram as "entradas". São, assim, indissociáveis.

[27] "Nesses pequenos espaços reocupados por família grande Kaiowá em que ocorrem a prática de ritual religioso e profano, os grupos recomeçaram a revitalizar as culturas tradicionais que garantem a boa vida futura, além de preservar a cultura indígena" (Carta da Aty Guasu, 31/01/2012).

[28] "Nas reservas/aldeias superlotadas só há violências adversas, cada dia aumenta disputa violenta entre familiares aldeados, miséria, fome, morte por falta de espaço de terra, não consegue mais se preservar as práticas culturais e nem realizar ritual religioso que é vital para nossa vida Guarani-Kaiowá" (Carta da Aty Guasu, 31/01/2012).

[29] Segundo Rubem Thomaz de Almeida, os ryke'i, que cuidam das coisas que neles estão.

[30] "Destacamos que nós Guarani e Kaiowá temos ligação com o território próprio, pertencemos a determinadas terras, assim, a terra ocupada por nosso antepassado recente é vista por nós com uma fundamentação da vida boa, vida em paz, sobretudo é a fonte primária de saúde, bem estar da comunidade e familiares indígenas" (Carta da Aty Guasu, 31/01/2012).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Desta maneira, a grande disponibilidade de material bibliográfico e os textos da Aty Guasu parecem apontar que recuperação da posse de terras de seus ancestrais significam para os Guarani e Kaiowá mais do que a reapropriação dos meios de produção, mas a possibilidade de sobrevivência social e cultural. O território é, para este grupo étnico, parte de uma série de entendimentos sobre o mundo e a vida, sendo as "entradas" uma das formas que encontraram para buscar solucionar os conflitos advindos da imposição histórica de uma nova territorialidade em pequenas e fixas áreas.

Esta é, muito resumidamente, a situação territorial em que se encontram os Kaiowá e é neste contexto que se dá o crescimento da produção de cana-de-açúcar, sendo este apenas mais um elemento naquele complexo sistema territorial. Muitos têm sido os conflitos recentes com fazendeiros, bastante divulgados na imprensa local e nacional. É a partir deste contexto territorial que devemos buscar entender os significados dos conflitos por terra entre o grupo étnico Guarani e usineiros e fornecedores, buscando ressaltar em que medida esta atividade se apresenta como um complicador para a questão.

EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO E QUESTÃO TERRITORIAL GUARANI E KAIOWÁ: UM COMPLICADOR

O crescimento do setor sucroenergético é, como vimos, baseado numa forte tendência de concentração do capital, através da formação e aprofundamento de grandes grupos empresariais, mas também na expansão espacial do cultivo de cana-de-açúcar[31], principalmente em grandes estabelecimentos (Castillo, 2016). Dado o crescimento recente no estado do cultivo da cana-de-açúcar e da instalação de novas usinas, configurando a tendência de formação de mais uma importante região produtiva para o setor sucroenergético, vale observarmos com mais atenção o que Castillo (2013 e 2016) chama de questões intrínsecas ao setor, que fazem com que sua organização espacial apresente alguns elementos diferenciados. O autor aponta para cinco questões fundamentais, sabendo ainda da possibilidade de existência de outras mais:

> A geografia do setor sucroenergético é diretamente influenciada por, pelo menos, cinco características próprias: 1) restrições à estocagem da matéria-prima; 2) ciclo vegetativo-econômico da cana-de-açúcar; 3) flexibilidade produtiva das usinas/destilarias; 4) cogeração de energia elétrica; 5) queima da palha da cana-de-açúcar para a colheita manual (Castillo, 2016, p. 97).

Destas questões, as duas primeiras nos parecem, a princípio, fundamentais para entendermos as especificidades das relações entre o setor e os Guarani e Kaiowá. As

[31] A comparação realizada pelo autor entre o aumento da área plantada e do rendimento médio não nos deixa dúvidas sobre a importância de incorporação de novas áreas para o setor. Ver Castillo, 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

restrições quanto à estocagem da matéria prima, que rapidamente perde valor energético e logo precisa ser processada, se configura como uma das questões centrais para o entendimento da organização espacial desta atividade. É notória a importância da distância da produção de cana-de-açúcar em relação à usina e a forma como isso pode alterar o mercado de terras e as relações conflituosas e competitivas que a atividade pode estabelecer com outras atividades produtivas, como a soja, por exemplo. O autor cita ainda um raio médio de alcance da produção de cana-de-açúcar de 40 a 50 km de distância da usina, mas isso pode depender muito da qualidade das estradas e das diferentes situações regionais (Castillo, 2016; Bernardes, 1993).

No caso de Mato Grosso do Sul, isso assume ainda outro caráter: se onde se instala uma usina, necessariamente deve haver a produção de cana-de-açúcar o mais perto possível para que a atividade seja rentável, desta forma a instalação de uma usina próximo a uma área reivindicada pelos Guarani e Kaiowá é, necessariamente, um complicador a mais. Novamente segundo Castillo:

> É preciso ainda mencionar, com base na impossibilidade de armazenamento por longos períodos e de transporte a longas distâncias da cana-de-açúcar, que as empresas produtoras de açúcar e etanol, teoricamente, têm que se empenhar para assumir o controle de terras próximas através da compra, do arrendamento ou de contratos de fornecimento com produtores externos (terceirização), para garantir o abastecimento de matéria-prima, podendo afetar o preço das terras dentro de seu polígono de atuação, constituído pelas variáveis mencionadas acima (capacidade de moagem da usina, rendimento médio da produção agrícola local, condições naturais e geoeconômicas locais) (2016: 99).

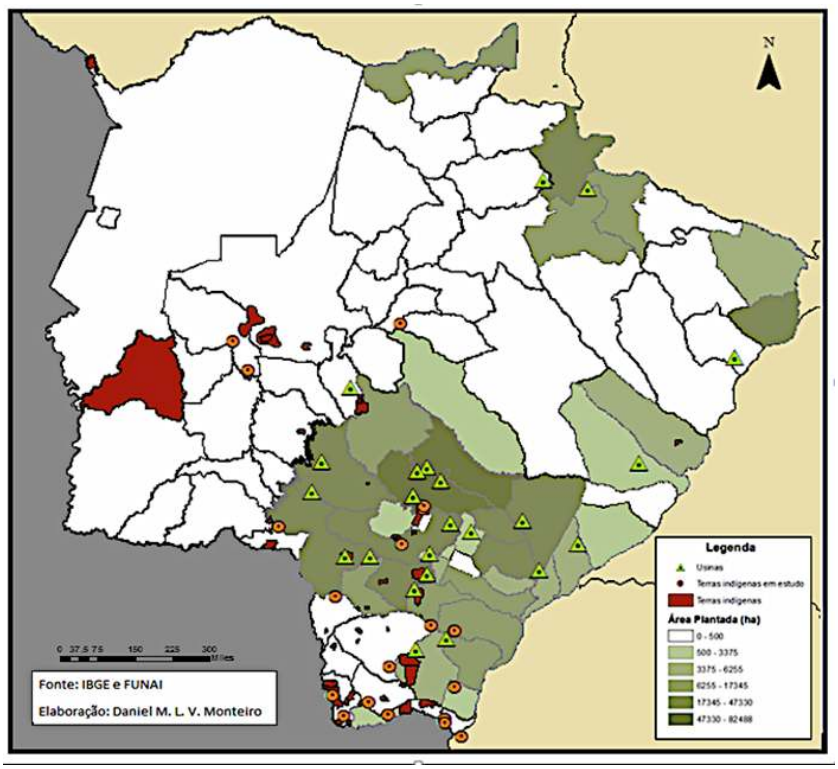
Somado a isso, temos o ciclo vegetativo-econômico da matéria-prima, que também aparece como uma especificidade da atividade que deve ser ressaltada e que, para nós, representa mais um complicador evidente para a já grave situação de disputas territoriais em nossa área de estudos. A cana-de-açúcar é um cultivo semiperene, com ciclos de renovação de cerca de cinco anos. Esta característica, somada à primeira, confere certa rigidez no uso do território, dificultando bastante a diversificação produtiva e acentuando a necessidade de especialização local.

Embora outras especificidades desta atividade sejam também fundamentais e devam ser aprofundadas, as duas questões que apontamos anteriormente nos parecem indicadoras de que o aumento significativo da produção de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul nos últimos anos é um complicador evidente da questão territorial. Na figura 5 vemos como há grande proximidade das usinas e, consequentemente, das áreas plantadas de cana-de-açúcar, com as Terras Indígenas. A principal área produtora de cana-de-açúcar, no sudeste do estado, tendo Dourados como um importante centro regional, é exatamente onde se concentram as Terras Indígenas dos Guarani e Kaiowá que, como vimos anteriormente,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

ainda se encontram em muitos casos em processo de regularização e várias em estudo. Vale destacar que nesta representação não estão presentes as diversas áreas de ocupação dos Guarani e Kaiowá, cujas providências[32] para o início da regularização fundiária ainda não foram tomadas pela FUNAI.

Figura 5 - Área plantada de cana-de-açúcar, localização das usinas e das terras indígenas em Mato Grosso do Sul



Embora ainda de forma embrionária, nossas pesquisas têm apontado 3 tipos de relações conflituosas que podem ocorrer entre os usineiros e fornecedores de matéria-prima e os indígenas: 1) plantação de cana-de-açúcar em Terras Indígenas ou em áreas reivindicadas pelos Guarani e Kaiowá, 2) o trabalho no corte da cana-de-açúcar e 3) questões ambientais decorrentes da atividade.

Quanto ao primeiro item, devido às características intrínsecas ao setor sucroenergético que vimos anteriormente, especialmente às restrições de armazenagem da matéria-prima e ao seu ciclo vegetativo-econômico (Castillo 2013), ao se instalar uma usina nas proximidades de uma área reivindicada pelos Guarani, a possibilidade de que haja produção de cana-de-açúcar dentro da área em disputa cresce e complexifica a questão. Há diversos casos em que isso tem acontecido e ações regulares do Ministério Público Federal[33] buscando coibir

[32] Como os acampamentos nas margens das rodovias citados anteriormente.

[33] Ver "MPF/MS questiona BNDES por financiar usinas que compram cana cultivada em áreas indígenas" disponível em: http://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2182161/mpf-ms-questiona-bndes-por-financiar-usinas-que-compram-cana-cultivada-em-areas-indigenas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

esta prática, inclusive envolvendo grandes empresas transnacionais, como a Bungue e a Raízen[34]. A disputa por terras na proximidade da usina e a garantia do seu abastecimento parece ser um elemento que estimula a prática do arrendamento e o mercado de terras. Como nos diz Amado,

> O século XXI privilegiou o plantio da cana e instalações de usinas sucroalcooleiras, no estado do Mato Grosso do Sul, ocupando grande parte de áreas antes destinada ao gado, muitas delas incidentes em terras dos Guarani Kaiowá. Devido a este fenômeno chamado desenvolvimento do biocombustível, as terras nesta região estão sendo supervalorizadas. Esse fato dificulta cada vez mais o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas que estão em posse dos fazendeiros, os quais arrendam ou vendem as terras para as empresas multinacionais responsáveis pelo plantio da cana para a fabricação do etanol (Amado, 2014, p. 90).

O segundo tipo de situação é relativo ao trabalho nas usinas, e é de grande relevância para os indígenas. Devido às dificuldades em sobreviver nas reduzidas extensões das Terras Indígenas das quais dispõem, e na impossibilidade da prática da caça, pesca e plantio, o trabalho no corte manual da cana é uma realidade já antiga para os Guarani Kaiowá. Isso resultou na criação do Pacto do Trabalhador Indígena em 1999[35], buscando regulamentar as formas como este trabalho poderia se dar formalmente e visando coibir violentas práticas de exploração que eram recorrentes. Em 2010 eram cerca de 10.000 trabalhadores indígenas nesta função no estado (CIMI, 2011). Neste sentido, duas grandes situações se fazem importantes de serem aprofundadas: 1) as situações de trabalho análogo ao trabalho , envolvendo indígenas e conflitos trabalhistas e 2) as consequências da mecanização do corte da cana-de-açúcar e redução dos postos de trabalho.

Por fim, há ainda as consequências ambientais da produção de cana-de-açúcar nas áreas próximas ou mesmo dentro das Terras Indígenas e que, neste caso, não dizem respeito unicamente a esta atividade. A aplicação de produtos químicos, a intensiva utilização de água, a vinhaça, o desmatamento[36], são algumas das implicações ambientais da atividade e que, para povos que dependem da preservação das matas originais e que tem todo um entendimento religioso da natureza, são especialmente devastadoras.

Consideramos que aprofundar as diferentes formas e significados que podem assumir

[34] Ver "MPF/MS pede indenização de R$ 170 milhões para comunidade indígena Guyraroká" disponível em: http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2012/06/mpf-ms-pede-indenizacao-de-r-170-milhoes-para-comunidade-indigena-guyraroka.

[35] Ver "Exploração de indígenas nos canaviais do MS é histórica" disponível em: http://reporterbrasil.org.br/2008/07/exploracao-de-indigenas-nos-canaviais-do-ms-e-historica/.

[36] Diversos autores ressaltam que a entrada das atividades relacionadas à agricultura mecanizada, contribuiu para o desmatamento das últimas matas nas fazendas. Um exemplo é da dissertação do advogado da etnia Terena Eloy Amado: "Nos últimos anos vem ocorrendo o avanço expansivo da agricultura mecanizada com a monocultura da soja, do milho e da cana de açúcar, intensificando o desmatamento das pequenas áreas de mata ainda existentes nas fazendas. Com o crescimento avassalador do agronegócio e do desmatamento, as comunidades indígenas que se encontravam em pequenas áreas de matas foram descobertas e expulsas dando lugar ao agronegócio e agroindústria" (Amado, 2014).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

os conflitos por terra em Mato Grosso do Sul, ainda mais no caso específico dos Guarani e Kaiowá[37], pode contribuir de forma relevante para o esclarecimento de questões envolvidas nas disputas por terra que, ao permanecerem obscuras e confusas, dificultam sobremaneira a busca de soluções para os graves conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do setor sucroenergético, relacionado a um relevante processo de concentração de capitais, não acontece em espaços vazios, mas em lugares com suas histórias e sujeitos. O destaque para a situação territorial dos Guarani e Kaiowá no presente texto, uma das questões indígenas mais graves da atualidade[38], busca contribuir tanto para visibilizar a importância das populações ditas tradicionais na geografia, bem como para uma maior compreensão das consequências das especializações produtivas regionais.

A expansão de uma atividade econômica e da produção de monoculturas se dá através de relações e ações territoriais, que são na verdade relações entre sujeitos, o espaço geográfico e outros sujeitos. Se entendermos que os territórios são sempre constituídos para controlar pessoas e/ou recursos (Sack, 1986), seja por que razões for, através do controle de uma área, este controle será sempre em relação a alguém. Além disso, ao constituir o território o ator social está sempre exposto aos territórios dos outros atores, constituindo o sistema territorial de Raffestin. As relações entre os distintos grupos de atores podem ser de diversos tipos, como nos ressaltou Raffestin (1993), e ter diversos conteúdos. Sendo, em sua maioria dissimétricas e multilaterais envolvem relações de poder e dominação entre os diversos grupos sociais envolvidos.

Os territórios e diferentes territorialidades dos distintos atores podem ser confrontados com atividades econômicas que levam a profundas especializações produtivas e que, reorganizam e reestruturam o espaço regional. Ou seja, as territorialidades dos Guarani e Kaiowá, ou mesmo dos produtores de soja, por exemplo, acabam entrando em confronto com outras territorialidades, como as das usinas e dos seus fornecedores. Buscamos mostrar no presente texto como a expansão de uma atividade como o setor sucroenergético pode ir de encontro a toda uma longa história dos lugares, contribuindo para tornar a situação ainda mais complexa e grave.

[37] Sobre isso, ver o emblemático caso de "anuncio de morte coletiva" que ocorreu em carta dos Kaiowá de Pyelito Kue em 2012, gerando grande comoção e interpretações diversas sobre a questão (ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/10/121024_indigenas_carta_coletiva_jc.shtml).

[38] Ver, por exemplo: "Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo" Vice-Procuradora Geral da República Débora Duprat (2011: 24).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Poké'exa ûti o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local.** Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, 2014.
2. ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Modernização produtiva e os espaços não vazios: as retomadas e os sentidos da territorialidade para os Guarani-Kaiowá**. In: Júlia Adão Bernardes, Cátia Antonia da Silva, Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético. 1ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
3. BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico do Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha.** Rio de Janeiro: Tese de doutorado, UFRJ/MN/PPGAS, 2014.
4. BERNARDES, Júlia Adão. **Metamorfoses no setor sucroenergético: emergência de contradições**. In: Júlia Adão Bernardes, Cátia Antonia da Silva, Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético. 1ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
5. BRAND, Antônio. **"O bom mesmo é ficar sem capitão": o problema da administração das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS**. Tellus, ano 1, n. 1, Campo Grande, UCDB, out.2001.
6. BRAND, Antônio. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. Tellus, ano 4, n.6, Campo Grande, abril de 2004.
7. BRAND, Antônio, PÍCOLI, Renata Palópoli. **Mortalidade infantil entre os Kaiowá e Guarani**. In**:** ISA. Povos indígena do Brasil 2001/2005**.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
8. CAMELINI, João Humberto; CASTILLO, Ricardo. **Logística e competitividade no circuito espacial produtivo do etanol no Brasil**. In: Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 2, p. 262-278, 2012.
9. CASTILLO, Ricardo Abid. **Região competitiva e circuito espacial produtivo: a expansão do setor sucro-alcooleiro (complexo cana-de-açúcar) no território brasileiro**. Centro, v. 289, n. 373,416, p. 543,310, 2009.
10. CASTILLO, Ricardo Abid. **A expansão do setor sucroenergético no Brasil**. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho. Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
11. CASTILLO, Ricardo Abid. **Expansão recente do setor sucroenergético no território brasileiro: algumas implicações nas escalas local, regional e nacional**. In: Association of American Geographers Annual Meeting. Chicago, 2015.
12. CASTILLO, Ricardo Abid. **Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado**. GEOgraphia, v. 17, n. 35, p. 95-119, 2016.
13. COLMAN, Rosa Sebastiana, BRAND, Antônio. **Considerações sobre território para os Kaiowá e Guarani**. Tellus ano 8, n. 15, p. 153-174, Campo Grande, jul./dez. 2008.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

14. DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

15. DUPRAT, Debora. **Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo**. In: HECK, Egon. D., MACHADO, Flávio Vicente. As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul e as resistências do Bem Viver por uma Terra Sem Males, dados 2003-2010. Campo Grande: CIMI, 2011.

16. ELIAS, Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (03). http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm

17. FERREIRA, Eva Maria Luiz. e BRAND, Antônio. **Os guarani e a erva mate. Fronteiras**, v. 11, n.19, Dourados, jan/jun 2009.

18. FREDERICO, Samuel. **Região e modernização agrícola. In: Júlia Adão Bernardes**. In: Cátia Antonia da Silva, Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético. 1ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

19. GRUNBERG, Friedl Paz. **A relação com a terra**. In: ISA. Povos indígenas do Brasil 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

20. LEFEBVRE, Henri. **A Re-produção das relações de produção**. Porto, Edições Escorpião, 1973.

21. LOURENÇO, Taiana Ciscotto Martins. **A concentração do capital no setor sucroenergético.** In: Relatório Cientista do Nosso Estado/FAPERJ. Rio de Janeiro, 2016.

22. MACHADO Lia Osório. **A fronteira agrícola na Amazônia**. in: BECKER Bertha K., CHRISTOLFOLETTI, A. DAVIDOVICH, F. R. e GEIGER, P. P. (organização). Geografia e meio ambiente no Brasil, São Paulo: Hucitec, 1995

23. MARTINS, José de Souza. **A escravidão na sociedade contemporânea – a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho**. In: Palestra no Seminário Internacional sobre "Trabalho Forçado, realidade a ser combatida", promovido pelo Ministério Público do Trabalho. Belém (PA), 6 nov. 2000.

24. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. IN: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica, 2012.

25. OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

26. OLIVEIRA, Francisco. **Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta**. In: Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo – Brasil 2015. CPT Nacional: Brasil, 2016.

27. PEREIRA, Levi Marques. **Assentamentos e formas de organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos "índios de corredor"**. Tellus, ano 6, n. 10, Campo Grande, abr. 2006.

28. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Dos cerrados e suas riquezas**. Publicado em 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>. Acessado em: 01 mai. 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

29. RANGEL, Lucia Helena. **As violências em números, gráficos e mapa**. In: HECK, Egon. D., MACHADO, Flávio Vicente. As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul e as resistências do Bem Viver por uma Terra Sem Males, dados 2003-2010. Campo Grande: CIMI, 2011.

30. SACK, Robert. **Human territoriality, its theory and history**. Cambridge: University Press, 1986.

31. SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Espacio, economía y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A., 1991.

32. SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

33. SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

34. SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

35. THOMAZ de ALMEIDA, Rubem F., SILVA, Alexandra Barbosa da. **Conflitos fundiários**. In: ISA. Povos indígena do Brasil, 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

36. THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. **A "Entrada" no tekoha**. In: Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000, Editor C.A. Ricardo, ISA, São Paulo, 745-748, 2000.

37. THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. **Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa Ñandeva como experiência antropológica**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria e LACED, 2001, 240p .

Artigo recebido em 30 de maio de 2016.
Artigo aceito em 27 de junho de 2016.a

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X